

EDUCAÇÃO DO CAMPO, CULTURAS E FORMAS DE VIDA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Ronaldo Santana Barreto

Faculdade de Ciência e Tecnologias da Bahia

Odair Ledo Neves

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Romário Pereira Carvalho

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o modo de vida das comunidades tradicionais e suas relações sociais, culturais, ambientais e econômicas. Para tanto, fez uso de uma abordagem qualitativa de pesquisa, por meio da pesquisa bibliográfica, em que se utilizou de estudos e leituras de autores que discutem sobre as comunidades tradicionais e Educação do Campo, como Clemente (2007), Carvalho (2005), Arruda (1999), Kolling (2002), Caldart (2011), dentre outros. As comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de pasto têm grande importância ao defender a vida, o cerrado em pé, o modo de vida e o acesso à educação campesina. O estudo aponta que é necessário que as comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto sejam vinculadas as políticas públicas de educação social e cultural, regularizando os territórios pertencentes a essas comunidades e fortalecendo as suas lutas em defesa da vida. Essas comunidades vêm construindo historicamente como o modo de vida viável de se viver em harmonia com o cerrado e sua biodiversidade, refletindo também, sobre sua existência, história, costumes, cultura, desafios, belezas e potencialidades.

Palavras chave: Educação do Campo. Comunidades Tradicionais. Formas de Vida.

Introdução

As comunidades localizadas no município de Correntina, situado na região Oeste da Bahia são diversas em suas formas e modos de vida, compondo um mosaico de representações sociais e culturais. No município de Correntina, percebemos que o dia a dia dos camponeses se faz na luta pelo direito a terra, na manutenção do seu território e na luta pelo direito de produção e reprodução da sua cultura.

A relação de produção e uso das áreas contribuem na caracterização das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, sendo as mesmas divididas em áreas de uso coletivo e áreas de uso individual. As áreas coletivas são maiores e destinadas para a solta dos animais, para o

extrativismo de plantas medicinais e frutos nativos. As áreas individuais são locais em que os posseiros das áreas coletivas moram e realizam atividades agropecuárias, criação de animais de pequeno porte, gado quando retorna do Fecho e cultivam os seguintes produtos feijão, mandioca, milho, banana, etc.

Nesse sentido, a cultura é um dos componentes fundamentais na identidade dessas comunidades, as comemorações, as ligações com o sagrado e a natureza, fortalecem o sentimento de pertencimento ao território e sua história. As pessoas que constroem essas vivências têm o comprometimento para repassar esses conhecimentos e compromisso com a defesa do modo de vida. Outro ponto significativo é que as comunidades se organizam e se mantem em luta pela Educação de Campo, pois acreditam na educação como instrumento para orientar as políticas públicas e práticas pedagógicas ligadas aos trabalhadores do campo.

O presente artigo tem por objetivo analisar o modo de vida dessas comunidades, suas relações sociais, culturais, ambientais e econômicas. Para compreender a vivência e organização dessas comunidades realizou-se uma pesquisa bibliográfica e, alguns aspectos e considerações partiram da minha vivência enquanto sujeito dessas comunidades.

De modo geral, os aspectos que são vivenciados e trabalhados enquanto sujeito do campo, histórias de lutas e resistências que vieram a fortalecer cada vez mais a permanência nessa comunidade quanto morador. As comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto carregam em sua história uma rica cultura social, são ensinamentos que são passados de pais para filhos, reatando nossas lutas e modos de vida que um dia já foram vivenciadas pelos nossos antepassados, não deixando de lutar sempre pela vida, orgulho de fazer parte dessa comunidade rica em saberes e histórias.

Breve história das comunidades tradicionais territoriais de fundo e fecho de pasto

O município de Correntina concentra o maior número de comunidades tradicionais de Fundo e Fechos de Pastos. As famílias camponesas que fazem uso do fecho de pasto são as responsáveis diretas pela conservação das áreas, uma vez que fundo de pasto é um local em que as famílias do campo usam para fazer a solta dos animais durante o ano todo, e fecho de pasto é um local que as pessoas da comunidade fazem o uso da área durante certo período do ano para pastorear os animais.

As comunidades territoriais assim classificadas como tradicionais de fundo e fecho de pasto são muito comuns nos territórios camponeses do Oeste da Bahia, em específico, o

município de Correntina. Neste sentido, é importante trazer o conceito de território, resultado de muitas discussões de vários estudiosos, que refletem diferentes visões. Para Morais (2010):

Para bem equacionar em termos geopolíticos a pioneira construção do poder estatal brasileiro é necessário diferenciar os conceitos de ‘territórios’ e de ‘território usado’, de modo a captar sua relação nesse processo. O território diz respeito à área de domínio político internacionalmente reconhecido como de soberania legítima de um Estado, principalmente pelos Estados vizinhos. O território usado, uma fração desse espaço, compreende os lugares economicamente interligados na lógica do sistema colonial, dotados de estruturas produtivas incorporadas pela colonização (MORAIS, 2010, p. 61-62).

Neste sentido, esta concepção, de domínio de território, coloca o Estado como “dono”, de todos os territórios, isto é, território dominado pelo Estado, assim se inclui os territórios quilombolas e indígenas. Com o intuito de estabelecer uma geopolítica voltada para esses territórios denomina-os como “fundos territoriais” (MORAIS, 2010).

Território define-se pela propriedade, isto é, representa uma parcela do espaço terrestre identificada pela posse. O território, para Ratzel, é uma área que alguém possui o espaço dominado por uma comunidade ou por um Estado. A função precípua do Estado, segundo ele, seria a defesa do território. Em suas palavras: “quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado” (MORAIS, 1985, p. 91).

Desta forma, as definições sobre territórios baseiam-se nas lutas pelas comunidades e povos por seus direitos a permanecer em suas comunidades com seus modos de vida e os territórios. As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto apresentam especificidades que são fundamentais para sua caracterização, possuem áreas de uso coletivo e áreas individuais.

As áreas de uso coletivo são destinadas para a solta dos animais em determinados períodos do ano, para o extrativismo de plantas medicinais e frutos do cerrado. Elas contribuem para a manutenção da biodiversidade do cerrado e do seu potencial hídrico, sendo essa área pertencente a um grupo comunitário, em sua grande maioria, grupos familiares. Nas áreas individuais ficam localizadas as moradias e plantios de alimentos para o consumo familiar, alimentos como: feijão, mandioca, milho, banana, etc. Em consonância com as conceituações de Morais, Santos (2007) afirma que:

O território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é categoria de análise (SANTOS, 2007, p. 14).

Assim, para o referido autor, as definições territoriais se baseiam na forma de vida das comunidades e das famílias camponeses nos territórios, respeitando as histórias desses povos, colocando-os, como pertencentes, uma vez que, o autor coloca como: o chão mais a identidade, isto é, as famílias camponesas desses territórios têm o direito de permanência dos seus lugares, que são suas moradas. Neste sentido, é importante trazer o conceito de território, a partir da visão de Fernandes (2012) que faz um recorte necessário sobre o território camponês:

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é local de resistência da família, que muitas vezes pode ser construída de mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas (FERNANDES, 2012, p. 744).

Neste sentido, as comunidades tradicionais, neste trabalho, entendidas e classificadas como comunidades camponesas, agregam em seu modo secular de produção e de vida o uso de terras comunais, coletivas. A maior parte das áreas ainda preservadas do território brasileiro é habitada com maior ou menor densidade por populações camponesas ribeirinhas ou por comunidades rurais “tradicionais”, das quais cabem elencar: caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras, quebradores de coco, entre outras. Vale ressaltar que a conservação da fauna e flora é uma defesa destas comunidades, pela garantia de sua perenidade (ARRUDA, 1999).

As comunidades tradicionais que habitam a área do município de Correntina há mais de 400 anos, seguindo costumes e modos de vida dos seus antepassados. O modo de vida desenvolvido pelas comunidades de Fundo e Fecho de Pasto garante a permanência das famílias no campo e as práticas agropecuárias tradicionais, além da manutenção do cerrado em pé e sua cultura viva. Essa relação com o território perpassa por várias gerações e as mesmas carregam consigo o compromisso de defender o território pertencente às comunidades de Fundo e Fecho de Pasto.

As comunidades tradicionais que fazem parte de uma área de fecho e fundo de pasto, vem perdendo suas forças em relação a permanência no lugar, são lutas, para defender a permanência no território e a manutenção da vida. Os camponeses que ocupavam esse território, e que mantinham uma relação de posse da terra sem nenhuma comprovação documental foram expulsos de suas terras (LAVORATTI; MOURA, 2012).

Diante disso, estão acontecendo a migração de famílias e jovens que deixa seu território para buscar moradia em outros lugares. Outro fator de extrema importância para a

permanência dessas comunidades é a regularização fundiária, pois permite que os povos permaneçam em seus territórios mantendo o seu modo de vida, facilitando o trabalho dessas comunidades. Por outro lado, a regularização fundiária evitaria a migração de famílias e jovens que precisam de proteção e apoio para se manter nas comunidades, daí a importância de implantar políticas públicas como garantia de rendimento das comunidades.

As comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto vêm se materializando por meio de lutas e resistências, pois ao longo dos anos essas comunidades foram submetidas a um processo de marginalização e invisibilização, mas através das lutas em busca do reconhecimento pelo estado, elas passaram a acessar as políticas públicas e direitos atribuídos as comunidades tradicionais. Outro ponto fundamental para a autonomia e visibilidade destes territórios é o acesso à Educação do Campo, construídas pelos sujeitos do campo, pois a mesma contribui para o fortalecimento e organização dos territórios, melhoria social e econômica, garantindo a permanência dos jovens e famílias nessas comunidades o que levam a maiores cobranças pela efetivação das políticas públicas, porém a educação formal estabelecida pelo estado apresenta aspectos divergentes da realidade dos territórios.

As comunidades tradicionais durante muito tempo viveram em harmonia com o seu ambiente, foi a parti da década de 1970 que começou as ameaças de povos estranhos conhecidos como “grilagem”. Atualmente essas comunidades perderam seu direito de vivência no campo, povos e comunidades lutam contra a tomada das áreas que fazem presente nas comunidades tradicionais das famílias.

Nesse sentido, um dos principais aspectos que caracterizam as comunidades de Fundo e Fecho de Pasto são a forma de se construir a agricultura e a relação com o território, pois as comunidades apresentam divisão entre áreas coletivas e áreas individuais, como explicados anteriormente, essa divisão é fruto dos conceitos estabelecidos pelos sujeitos que ali vivem e já viveram. Vale ressaltar que a criação do gado não iniciou nas comunidades pelos povos tradicionais e camponeses, se iniciou pelo grande enfrentamento e bravura contra os coronéis, a partir disso, desenvolveram pequenos rebanhos e com o passar do tempo se tornou grande a criação de gado no Oeste baiano (CLEMENTE, 2007).

No contexto atual, as comunidades de Fundo e Fecho de Pasto por serem ricas em recursos hídricos, pela sua enorme vegetação são perseguidas pelos grandes poderes em querer tomar posse dessas áreas sem terem o direito da terra. Como já citado anteriormente, foi na década de 1970 que se intensificou a grilagem de terras nas regiões e os agricultores se sentindo ameaçados começaram a delimitar suas áreas através de cercamento, para dar visibilidade à posse na época, nesse momento que se deu origem aos grandes fundos e fechos

de pastos do Oeste baiano. Daí vem à origem, “Fecho de Pasto”. Ou seja, “Fecho” significa fechamento de áreas coletivas e “Pasto” está mais voltada para a pastagem nativa da região.

As comunidades tradicionais de Fechos e fundos de pastos são assim reconhecidas pela Constituição do Estado da Bahia de 1989, no artigo 178, parágrafo único, que quanto a regularização dos territórios, admite a celebração do direito real de uso entre o Estado e as associações que representam as comunidades, pois seu maior objetivo é a regularização através do título de domínio seja ele permanentemente (BRASIL, 1989, p. 133).

A lei nº 12.910/2013 trata da regularização fundiária das comunidades quilombolas, Fundos e Fechos de Pastos. Essa lei determina um prazo máximo para os pedidos de reconhecimento de certificação como comunidades tradicionais, e para a regularização fundiária a data se estendeu até 31 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2013).

Para explicar essa relação de convivência com o cerrado a Associação Comunitária dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente (ACCFC) afirma que a busca de alternativa de valorização socioambiental do cerrado por meio do uso sustentável e manutenção dos modos de vida nos leva à defesa não apenas dos ecossistemas ou da biodiversidade no seu sentido restrito, mas também a defesa de vida dessas populações. Ainda sobre as relações de convivência e a importância da categoria social que produz alimentos. Altieri (2012) diz que a agricultura camponesa constrói seu progresso com base na valorização dos recursos localmente disponíveis não dependendo de aportes externos.

Ao longo dos anos ocorrem mudanças nessas formas de relações das populações tradicionais com os territórios, muitas delas ocasionadas pelas disputas relacionadas ao acesso a recursos naturais. Carvalho (2005) destaca que esses bens vêm sendo apropriados por poucos, em geral, em detrimento daquelas populações. Nos últimos trinta anos essas transformações têm ocasionado a saída de famílias que residem em comunidades tradicionais acarretando perdas significativas para sua estratégia tradicional.

O modelo de desenvolvimento construído de maneira hegemônica para o cerrado vai contra o modo de vida dos povos e comunidades que moram nesse lugar, por isso o fortalecimento produtivo dessas comunidades também constituem em um instrumento para a manutenção do modo de vida e permanência nos territórios.

Barreto (2012) considera os Fundos e Fechos de Pasto como uma condição necessária para garantir o cerrado em pé, ou seja, garantir a sua conservação e também dos rios e córregos da região. Esse modo de vida também garante a sobrevivência das famílias, evitando o empobrecimento.

As regiões do vale do Rio arrojado, próximas às barrancas e córregos eram povoadas por indígenas, brancos e negros. Em 1960, chegaram povos oriundos do sul do Brasil, sua maior concentração era de gaúchos, buscando alternativas de novas fronteiras agrícolas, onde seu maior objetivo era fazer a implantação da agricultura moderna mecanizadas. A agricultura moderna mecanizada constitui-se na produção de comodittes em latifúndios, cultivo de monoculturas, uso exacerbado de agrotóxicos e fertilizantes químicos, uso de máquinas agrícolas de grandes portes, uso de créditos públicos e emprega pouca mão de obra.

A parti de 1970 as inovações agrícolas tiveram um grande avanço para o cerrado brasileiro, pois “A modernização da agricultura, veio do interesse do estado, que viu no setor agrícola uma forma de integrar a agricultura e indústria e assim gerar divisas, haja vista que o Brasil, desde sua formação econômica, foi um país agro-exportador (*sic*)” (MATOS, 2006, p.76). No ano de 1970 foi que começaram o processo de expansão agrícola, onde seu cultivo era a produção de grãos e novas tecnologias para o cerrado brasileiro.

Salientamos que existe uma diversidade de produção exercida pelas famílias camponesas do campo, porém, o elemento central do modo de vida dessas comunidades é da organização dos territórios, que são as áreas coletivas, conhecida popularmente como “gerais”. Segundo Alcântara (2011), a disputa pela terra representa mais do que um simples conflito, é onde se expressa a contradição que tem na base do processo de produção do espaço capitalista a apropriação dos meios de produção na mão de poucos a fim de explorar o trabalho e a renda da terra.

O avanço do agronegócio tem se tornado um grande inimigo para o cerrado brasileiro, afetando rios e as famílias camponesas que atuam nesse espaço, fazendo com que grileiros tomam posse de seus territórios perdendo seus fechos e seus modos de vida como camponeses. O modelo de desenvolvimento agropecuário do cerrado e propagandeado pelo governo é totalmente agressivo para a sua sustentabilidade seja ela interna ou externa.

A preocupação com a manutenção do cerrado em pé é mais que ambiental, pois ao longo dos anos o cerrado baiano vem sendo palco de grandes conflitos agrários gerados pelo avanço do capitalismo no campo, que se apresenta como agronegócio e procura justificar as atrocidades causadas ao meio ambiente, aos povos, comunidades camponesas e tradicionais através do desenvolvimento econômico do país, do qual não há retorno para o povo e só fortalece o modelo excludente de sociedade.

Nesse sentido, grandes partes das terras pertencem ao estado, sendo terras devolutas, que só o estado tem o poder de fazer a regularização fundiária e resolver os conflitos. A disputa de modelos de agricultura no campo se torna bastante evidente nesse contexto de luta

pela terra e território, de um lado sob apoio do estado em todas as suas formas está o agronegócio, em contraposição está à agricultura familiar camponesa, marcada por histórias de resistências (LAVORATTI; MOURA, 2012).

No Brasil a agricultura familiar é a que emprega maior proporção de força de trabalho, segundo informações do censo agropecuário de 2010. As pequenas propriedades, com menos de 4 (quatro) módulos fiscais ocupam 74% da mão de obra no campo, enquanto as médias e grandes, do agronegócio, mesmo ocupando 76% das terras agricultáveis, geram apenas 26% dos empregos no campo. Pode-se supor com isso, que a modernização dessa agricultura sob a ordem capitalista significa retirar as terras das mãos dos camponeses e entregar a empresas capitalistas, reduzindo o número de moradores/trabalhadores (MIRANDA, 2014).

Concluída essa seção é possível afirmar, com base nas leituras, que o Oeste baiano é uma das regiões que mais se comete o crime de grilagem de terras, onde a violência e a violação dos direitos de posse é prática comum e corriqueira na região. O auto reconhecimento e organização dessas comunidades é o principal instrumento para resistir a esses processos violentos e defender o território e modo de vida.

Aspectos culturais das comunidades de fecho e fundo de pasto e o acesso à educação

A escola é um espaço de formação social e política dos sujeitos que vivem no campo, é processo de reelaboração de conhecimentos pelos homens ao longo de todo o tempo, sendo também um espaço de luta e resistência.

A escola poder ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimentos e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivencias, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado do mundo (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2011, P. 14).

Nesse sentido, a luta por uma Educação do Campo parte da valoriza a identidade cultural, da relação com o território e das formas de vida dos povos que vivem no campo. Nesse sentido, Furlanetti afirma que:

A educação do campo deve levar em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo e do campo, assumindo a identidade do meio rural num contexto específico de um projeto de desenvolvimento do campo. Uma escola do campo não precisa ser uma escola agrícola, mas uma escola vinculada à cultura que se produz por meio das relações sociais mediadas pelo trabalho na terra, com isso estaremos tratando a população do campo, como sujeitos de um projeto de

desenvolvimento com base na agricultura familiar, cooperativa e solidaria, e, assim promovendo um amplo programa de desenvolvimento social. Que tenha como objetivo a permanência do homem e da mulher, do jovem e do adulto do campo no campo (FURLANETTI, 2007, p.11).

Diante dos eventos históricos da educação do/no campo, é importante ter a compreensão qual o tipo de educação foi ofertado para as pessoas que vivem no campo, levando em conta os processos educativos oferecidos a esses povos.

Nesse sentido, a educação rural ofertada a época para as famílias do campo não atendia as necessidades dos povos do campo, pois faltava escolas. Com isso, muitas pessoas que queriam estudar tinham que se deslocar a pé para ter acesso a escola e concluir os estudos. Outro fator também excludente da época era que o ensino oferecido pelas escolas refletia uma realidade urbana e não a realidade do campo (SIMÕES; TORES, 2011).

Leite (1999) destaca o papel do Estado no desenvolvimento da extensão rural e das preocupações com o atraso educacional que permeava o meio rural no início do século XX, no Brasil. O homem do Campo em sua trajetória de educação rural foi concebido como atraso, ou seja, a política educacional não olhava para a Educação do Campo, o que prevalecia eram os interesses capitalistas. Tratada como educação rural na legislação brasileira, a educação do campo tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas (KOLLING *et al.*, 2002).

A luta pela efetivação das políticas públicas voltadas para educação do campo fundamenta-se no princípio de que são os oprimidos os sujeitos de sua própria educação, de sua própria libertação, e também na ênfase que dá à cultura como matriz de formação do ser humano. Educação do campo como obra dos sujeitos do campo; educação do campo como intencionalidade de resistência cultural e também de transformações culturais em vista de uma humanização mais plena (CALDART *et al.*, 2002).

As comunidades tradicionais têm em seu modo de vida uma rica cultura histórica, marcada pelas concepções do processo social, ou seja, a cultura é algo natural, que não ocorre de uma decorrência de leis humanas. Sendo a cultura um produto coletivo da vida humana.

Hall (1997) considera que a vida cultural, amplia o desenvolvimento social, dando entendimento a linguagem como um todo, com isso, os processos econômicos, políticos, sociais, por dependerem do significado e conseqüentemente da maneira como vivemos, desta maneira nos reconhecemos e nos identificamos como sujeitos culturais.

Nesse sentido, Eagleton (2005) traz as definições do que é cultura, isto é, relata de forma prática que, cultura é uma disciplina do ensino ético que torna o homem cidadão, político e social, ele ainda destaca que cultura pode ser entendida como: música, arte, pintura, criação de criança, educação entre outros.

Assim, Eagleton (2005) define cultura como:

A cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último (EAGLETON, 2005, p.184).

Em outras palavras, cultura sempre fez parte dessa afirmação de sentido para vida, ou seja, uma finalidade importante para vivermos em uma sociedade, onde possamos ter valores e direitos igualitários e modos de expressão social e cultural.

A cultura aqui falada produz outras formas de regularização, tais como a normativa que faz moldar, direciona nossas condutas como sujeitos a constantes transformações sociais, ou seja, tornando nossas ações sociais claras para os outros. Do ponto de vista educacional e cultural, considera-se que a escola tanto reproduz quanto produz a sociedade em que está inserida (NETO, 2004).

Outros pesquisadores e autores distorcem ideias diferentes para o termo “cultura”, muitos defendem a cultura como uma arma primordial para a vida do homem, outros autores estudam a cultura como acontecimentos vividos no dia a dia das pessoas, assim, neste artigo se refere principalmente à cultura das famílias camponesas.

Nesse sentido, Durante (1997) analisa que cultura é como tudo aquilo que os grupos humanos passariam para seus descendentes, sendo essa rica cultura que é passada de pais para filhos. Franz Boas (1911, 1963) relata que cultura é como toda ação do homem face à natureza e aos seus indivíduos. Diante dessas definições, é importante dizer que as comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto têm suas culturas preservadas, tais como as tradicionais chulas, samba de roda, rezas, ladainhas, festejos de São João, festa do divino, festas juninas, lapinhas construídas nas casas dos moradores, tendo logo em seguida reza acompanhada de comidas típicas da região. Para Moesch *apud* Mafessoni (2002, p. 45),

Pode-se dizer que o fato culinário, o jogo das aparências, os pequenos momentos festivos, as deambulações diárias, os lazeres não podem ser considerados elementos sem importância ou frívolos da vida social. Expressão das emoções coletivas, eles constituem uma verdadeira “centralidade subterrânea”, um irremovível querer viver, que convém analisar.

Desta forma, cada povo tende a buscar a vivência e, sobretudo, manter essa comunicação com outros povos de diferentes lugares, pois, essas comunicações vivenciadas entre povos diferentes enriquecem cada vez mais suas culturas e fortalece suas lutas. Santos (1987), afirma que a constatação da variedade de modos de vida entre povos e nações é um elemento fundamental das preocupações com cultura. A cultura é constituída pelos aspectos materiais da vida social, pelo o universo de ideias, concepções e crenças.

Devido à confluência de diferentes culturas no Brasil, os povos de diferentes lugares, foram realizando suas festividades, rituais, seus santos, suas festas, suas datas comemorativas, delineando ricas manifestações culturais. De acordo com Carvalho (2007, p. 64):

As manifestações culturais estão no centro do espaço ocupado hoje pelos estudos fultcomunicacionais. A parti desde diagnóstico inicial, as mesmas podem ser entendidas como formas de expressão da cultura de um povo, construindo movimento de determinada cultura, em época e lugar específico.

Desta forma, as manifestações culturais são muito representativas ao meio social das comunidades tradicionais, pois desta maneira as pessoas expressam seus desejos e principalmente seus pensamentos voltados para as manifestações culturais das comunidades que são realizadas. A vida de um povo perpassa por sua cultura, por isso nas comunidades de Fecho de Pasto encontram-se costumes que são festejados, celebrados e registrados em memórias. Assim, afirma Carvalho (2007, p.66), “com o passar inevitável dos tempos, traços se perdem, outros se adicionam, em velocidades, exatamente porque a cultura não pode ser entendida como estática e, conseqüentemente, as manifestações culturais também não”.

Outra forma de expressão de fé e devoção aos santos através das festas religiosas, pagamento de promessas às bençãos alcançadas, outro ponto importante são os reisados que vem fazendo referência dos reis magos ao nascimento do menino Jesus. E uma festa com danças e festas comemoradas de ano em ano nas comunidades, sua trajetória e passar de casa em casa, 24 horas de festejos e danças, em seguida o festeiro recebe em sua casa, local da saída, para os comes e bebes dos foliões e acompanhantes.

As festas populares realizadas pelos povos de diferentes comunidades atraem também o turismo, pessoas de várias localidades, regiões e municípios participam na época das festividades tradicionais. Segundo Sicrist (2007) os acontecimentos e os objetivos produzidos pelo povo, antes restrito ao seu meio, receberam o interesse de duas organizações sociais, dentre elas o setor do turismo, transformando-se em produtos comercializáveis no campo do entretenimento. Assim afirma Reigueiro (2005), que estudos feitos nas últimas décadas sobre

cultura, mídias, globalização, atestam que “as manifestações populares (festas, danças, culinária, arte, artesanato, etc.) já não pertencem apenas aos seus protagonistas” (REIGUEIRO, 2005, p).

Sendo assim, as questões aqui levantadas a respeito dos patrimônios culturais realizadas pelos povos das comunidades, se fazem refletir sobre o grande processo de releitura desse patrimônio não se esgotando ao nível conceitual e cultural. Além dos louvores aos Santos Reis, há festejos em homenagem ao Divino Pai Eterno Bom Jesus, São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida, Santa Luzia entre outros. As comunidades sempre buscaram não deixar de existir suas culturas ricas de saberes, são crianças, jovens, adultos, idosos que fazem essa cultura se engrandecer cada vez mais no dia a dia das comunidades e famílias camponesas existentes.

A cultura de um povo contribui decisivamente na consolidação da sua história e dos seus ensinamentos, é a maneira de manter um elo com os antepassados e garantir que as futuras gerações saibam como foram construídas as interações e relações entre os povos e os territórios.

Quando se trata de cultura e educação, podemos dizer que são estes fenômenos intrinsecamente ligados, juntas tornam-se elementos socializadores, capazes de modificar a forma de pensar dos sujeitos, isto é, quando adotamos a cultura como uma aliada no processo de aprendizado dos povos que vivem no campo.

Há muitas maneiras de dizer o que realmente é cultura e o que é educação. Para alguns é sinônimo de conhecimento letrado associados. Para outros, cultura é expressão artística, educação e expressão de conhecimento de saber. Há quem considere cultura certo tipo de educação, fineza, e sobre tudo, bom caráter.

As comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto estão inseridas nos espaços de educação formal, as crianças e jovens frequentam as escolas municipais e estaduais, alguns têm/ tiveram acesso ao ensino superior público e privado, sendo a grande maioria no ensino privado, devido às dificuldades de ter acesso às instituições públicas de ensino superior, por outro lado, os jovens estão cada vez mais frequentando cursos profissionalizantes, mas essas formas de ensino nem sempre condizem com as necessidades, os anseios e expectativas das comunidades, pois a educação formal oferecida pelo estado nem sempre leva em consideração as especificidades dos povos do campo e comunidades tradicionais, por isso a luta por Educação do Campo é constante.

Outro ponto a ser destacado também é que as comunidades possuem diversos espaços informais de educação e são através deles que os conhecimentos das comunidades são

passados de geração em geração. A solta do gado, a coleta de plantas medicinais e frutos, as rezas e festas constituem espaços formativos; as comunidades através das associações também realizam mutirões, dias de campo, seminários e encontro com o objetivo de estudar os direitos das comunidades tradicionais, manejo do cerrado em pé, produção agroecológica, história e caracterização das comunidades, entre outras. Esses espaços contribuem para a autonomia das comunidades e fortalecimento da Educação do campo.

Considerações finais

O objetivo de analisar o modo de vida das comunidades tradicionais e suas relações sociais, culturais, ambientais e econômicas foi o que motivou esse trabalho. Assim, ficou visível que as comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto trazem consigo uma linda história desde os antepassados, povoados pelos moradores antigos que fizeram moradas nessas comunidades. Assim, o estudo mostra que essas comunidades são ricas em culturas, crenças, tradições e saberes passados de pais para filhos.

As comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto são um marco histórico da grande riqueza social e cultural, pois trazem formas de vidas de mais de 400 anos. As lutas, destes povos não deixaram esse campo riquíssimo de saber acabar para os olhos de outras pessoas, com isso, essas comunidades têm um importante marco histórico e legado social. Outro fator de extrema importância para a permanência dessas comunidades é a regularização fundiária, pois permite que os povos permaneçam em seus territórios mantendo o seu modo de vida, mas a regularização das áreas é um entrave para os casos de grilagem de terras e isso ameniza os conflitos agrários no território.

A Educação do Campo para as famílias camponesas tem se tornado importante instrumento de fortalecimento da luta e da cultura, pois a educação é transmissora da cultura e, a escola um espaço social, que promove trocas culturais e conhecimentos diversos. E, a Educação do Campo torna possível a construção de conhecimentos, a discussão sobre os modos de vida e os saberes das famílias camponesas.

O estudo aponta que as comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto necessitam de um olhar voltado para a realidade social delas, visando enriquecer cada vez mais sua cultura e função social. É preciso também o fortalecimento de uma organização popular da própria comunidade que seja capaz de acompanhar as lutas por políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial, a exemplo de uma educação que trabalhe o modo de vida das pessoas camponesas, geração de renda para jovens e mulheres e práticas de manejo que garantam a sustentabilidade e a convivência com o campo.

Referências

ALCÂNTARA, D. M.; GERMANI, G. I. **As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia: Luta na Terra e sua especialização.** Revista de Geografia. Recife, v. 27, p. 40-57, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzáles (Org) et al. **Por uma educação do campo.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ARRUDA, R. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.** Ambiente & Sociedade, ano 2, n. p. 79-92, 2º Semestre de 1999.

BARRETO, Eldo Moreira. **Os Fechos “Fechos de pasto”, terra de uso coletivo, território das Comunidades camponesas no Vale do Rio Arrojado.** Bahia, 2012. Disponível em: <<http://www.mpabrazil.org.br>>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

BRASIL. Decreto-lei n. 8.447 de maio de 2015. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, publicado em 7 de maio de 2015, seção 1 pagina 2.

CALDART, Roseli Sales. **A escola do campo em movimento.** In: Por uma educação do campo. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CHAMUSCA, A (Org) et al. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas.** Brasília, SECARD/MEC, 2007.

CLEMENTE, C.R. Um pote de Ouro no fim do arco-íris? O valor da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, e as mazelas da Lei de acesso – uma visão e proposta a parti da Amazônia. **Amazônia: Ciências & Desenvolvimento.** Belém, v. 3, n. 5, 2007.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura.** São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo.** Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, v.22, p.5, 1997.

KOLLING, E. J., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do campo: Identidade e políticas públicas.** Articulação Nacional por uma Educação do Campo, Brasília, v. 4, 2002.

LAVORATTI. Janes Terezinha e Moura, Bianca de C. Duarte. **Disparidades socioeconômicas no contexto agrícola do Oeste baiano.** Uberlândia – MG, 2012.

Disponível em: www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anaisenga2012/eixos/13841. Acesso em: 24 maio 2020.

LEITE, S.C. **Escolas rural: urbanização e Políticas Educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

LORENZINI, Jose Luiz. A formação dos (das) monitores (as) como pré-requisito para atuação nos CEFFAs. In: **Revista da Formação por alternância.** N. 4. Brasília/DF: UNEFAB, jul., 2007.

MARING, Ph. Einführung in die qualitative Sozialforschung [Introdução à pesquisa social qualitativa]. (5ªed). Weinheim: Beltz, 2002.

MIRANDA, Evaristo E. (Org) *et al.* **Proposta de delimitação Territorial do MATOPIBA**. Nota técnica 1. Campinas: EMBRAPA, 2014. Disponível em: <<http://www.cpac.embrapa.br>> Acesso em: 08 jul. 2020.

MORAIS, Antônio Carlos Robert. **Território**: o que é? In: Orientação. São Paulo, Nov. 1985.

NETO, A.V. Currículo, cultura e sociedade. Educação Uníssimos, **Porto Alegre**, v. 8, n.º 15, p. 157-171, 2004.

OLIVEN, R. G. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. **Fundo de Pasto**: tessitura da resistência, rupturas e permanências, no tempo-espaço desse modo de vida camponês. Tese (Doutorado de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010).

SICRIST, Marlei. “Folkcomunicação Turística” In: GARDINI, Sergio Luiz, Woltowicz, Karina Janz (Orgs.) **Noções básicas de Folkcomunicação**. Ponta Grossa (PR): UFPG, 2007.

TORRES, Mirian Rosa; SIMÕES, Willian. **Educação do Campo**: por uma superação da educação rural no Brasil. Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-%20E%20-%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES.pdf?sequence=1>. Acesso em: jul. 2020.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Ronaldo Santana Barreto

Acadêmico do 8º semestre do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Bahia (FACITE). E-mail: barreto2801@outlook.com.br

Odair Ledo Neves

Mestre em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Especialista em Alfabetização e Letramento pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Gestão Pública (UNEB). Licenciado em Pedagogia (UNEB). Licenciado em Letras (UnB). Participa do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais,

Diversidade, Educação do Campo e da Cidade - GEPEMDECC da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Professor da rede municipal de Serra do Ramalho - BA. Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Bahia (FACITE). E-mail: odairln@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5144465651782992>

Romário Pereira Carvalho

Mestrando em Ensino pela Universidade Estadual da Bahia (UESB). Especialista em Educação do Campo pelo Instituto Federal Baiano. Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: romariouneb@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6034517503617660>